

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CONTRACOLONIAL DENTRO DA TERAPIA OCUPACIONAL/UFPEL À PARTIR DA DOCENCIA NEGRA E DO COLETIVO NEGRO CAROLINA MARIA DE JESUS

PRINCE CHAIENE MEIRELES DUARTE¹; LARISSA GOUVÊA SOARES²;
TAISHA CARVALHO ALVES³; MARIELDA BARCELLOS MEDEIROS⁴; MICHELE
MANDAGARÁ DE OLIVEIRA⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – toprincemeireles.15@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – gslarislana@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – taishacarvalho@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – mananegra@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – mandagará@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Do ano de 2011 a 2015, a graduação em Terapia Ocupacional (TO) tanto me lapidou enquanto profissional quanto me promoveu mobilidade dentro de uma sociedade, desde sempre alicerçada nos diferentes racismos.

Mulher negra, advinda da segunda turma de TO, sempre acreditei que a educação tem esse poder transformador, que, quando bem estruturada e ancorada em práticas educativas que contemplem os diferentes povos e culturas, pode produzir subjetividades saudáveis.

Muito embora a graduação tenha sido bastante proveitosa, havia uma escassez de rostos que representassem minha cor e pudessem aproximar-se de minhas vivências. A falta desses rostos criou uma lacuna não só no cotidiano da sala de aula, mas também na inserção de epistemologias negras no meu currículo formador, apesar de já haver muitas obras de autores negros publicadas na época.

Tão logo, o saudosismo dos tempos de graduanda, hoje, vem acompanhado de questões que se acentuam e estruturam a construção de minha prática docente. Já em 2021, quando ingressei como professora substituta no mesmo curso que me formou, percebo que é possível implementar uma educação contracolonial nos planos de aula, mesmo dentro de um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) tradicional. Além disso, essa forma de educação pode fazer com que estudantes negros se sintam pertencentes à academia, promovendo menor risco de evasão acadêmica, como identifico no artigo *Produção de subjetividades a partir das escrivências de pessoas negras no ensino superior: uma revisão integrativa*.

Duarte; Oliveira, Medeiros (2024, p.1) ressaltam que a população negra foi negligenciada quanto a possibilidade de educação por muitos anos, como ainda o é.

Caminhando nesta vertente e alicerçado na busca de direitos e luta contra o racismo, são criados em muitas universidades brasileiras a partir dos anos 70, os coletivos negros, ao qual além de movimento estudantil, também são compostos por espaços de trocas de vivências/experiências através da oralidade, nossa principal forma de transmitir a epistemologia negra, além da valorização da cultura, escrita e produção científica contracolonial, focando em minimização da evasão universitária, manutenção da saúde mental em um cuidado social/ético/político e mais recentemente em saúde destes estudantes (COSTA; REIS, 2022; DUARTE; OLIVEIRA; MEDEIROS, 2024).

Evidencia-se então que, a educação contracolonial tem papel importante para desconstruir conceitos outrora engessados dentro do meio acadêmico. Nego Bispo ao traçar a contracolonialidade, vai apontar que esta é uma forma de ensino que valoriza a oralidade e a vivência de povos de territórios tradicionais como negros quilombolas e não quilombolas, e indígenas, bem como seus símbolos e modos de vida, aos quais geralmente não estão presentes nos livros acadêmicos (SANTOS, 2019).

Corroborando com os achados, Duarte; Oliveira; Medeiros (2024) destacam que um dos maiores desafios enfrentados pelo estudante negro no ensino superior são as universidades ainda insistirem em manter a discussão de conteúdos dentro do eixo branco-europeu, minimizando outras epistemologias não trazidas pelo colonialismo.

Tão logo, aqui faço uma breve descrição da produção de conhecimento contracolonial dentro da TO, que, muito embora já tenha tido um início através de disciplinas ligadas a Saúde Mental e produção de subjetividades, com a docente Dr^a. Ellen Ricci através dos estudos de Frantz Fanon e Nego Bispo, ganhou potência concomitantemente à minha entrada como docente negra, com o respeito e incentivo ao ensino contracolonial pelo colegiado, e a partir da criação do Coletivo Negro Carolina Maria de Jesus (Carolina).

2. METODOLOGIA

Ingresso como professora substituta na UFPel em 22 de abril de 2021, em meio a pandemia de Coronavírus, e nos 4 semestres subsequentes assumi como professora regente as disciplinas de Estudos da Subjetividade; Fundamentos de Saúde Mental; Intervenções em Saúde Mental; Estágio Curricular Supervisionado I e II, Trabalho de Conclusão de Curso e como professora responsável pelas disciplinas Ética e Bioética e Terapia Ocupacional na Educação, recebendo carta branca do colegiado para incluir e incluindo as bibliografias em que acreditasse ser pertinente.

Já o Carolina foi criado em 22 de maio de 2022, pela estudante Larissa Gouvêa Soares e por mim, com objetivo de acolher os estudantes ingressantes por cotas raciais, mas também para denunciar casos de racismo; ser um espaço de trocas e suporte para o enfrentamento do racismo institucional e estrutural, além de promover estudos contra coloniais (CARDOZO, SOARES; ALVES; DIAS; SANTOS, 2023). No mesmo ano de sua criação, foi criado um braço de trabalho transformado em projeto de extensão, tendo parecer favorável no Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) no dia 15 de setembro de 2022 em ata 21/2022, sob código 5965. O projeto teve duração de agosto de 2022 a abril de 2023, quando me desvinculo da UFPel por fim de contrato.

O Carolina continua após minha saída como atividade independente, e posteriormente a professora Dr^a. Renata Rocha, reabre o projeto de extensão sob sua responsabilidade. Permaneço no Carolina como estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Enfermagem.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Carolina promoveu a reflexão alicerçada em autores que corroboram para a formação de um futuro Terapeuta Ocupacional crítico, como incentiva Galheigo (2020), bem como teve como produto Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)

com temáticas contra coloniais e apoio teórico para TCC de estudantes não participantes do coletivo.

“Saúde física e mental de trabalhadoras domésticas de Pelotas: Reflexões para a TO” de Débora Souza; “Escrevidanças de corpos negros dançantes” de Patrick Gomes; e “A presença de bibliografias decoloniais nos Currículos dos cursos de Terapia Ocupacional em Universidades Públicas brasileiras” de Nina Cardozo foram trabalhos decoloniais e contracoloniais que nasceram de participantes do Carolina. Ainda “Por que todos os dias elas fazem tudo sempre igual? um olhar da TO crítica a reprodução de hábitos e rotinas no cotidiano de mulheres moradoras do loteamento Dunas, Pelotas-RS” de Yasmin Boanova e “Uma reflexão da Justiça Ocupacional sobre a trajetória das famílias e crianças com transtorno do espectro autismo do diagnóstico às terapias: um recorte voltado para a questão racial e social das pessoas negras” de Etiane Roxo, foram escritos por estudantes não-negras não participantes do Carolina, mas que tiveram aporte teórico fomentado por ele.

Ademais, em todas as disciplinas foi possível incluir importantes estudos de autores como Silvio Almeida, Djamila Ribeiro; Dona Yvonne Lara; Neusa Santos Souza e Juliano Moreira aos quais passaram a compor os planos de ensino, aproximando a prática destes autores com o conhecimento tradicional de Terapia Ocupacional, e abrindo campo para discussões contracoloniais dentro de sala de aula, promovendo à formação de uma TO crítica.

É possível com a inclusão destes autores abranger temas necessários à discussão como: o racismo, o sexismo, o classismo e o patriarcado (ANTUNES MACHADO; GROSSI, 2023) práticas estas que vem perpetuando as desigualdades no Brasil.

A lei 10.639/08, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e inclui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, muito embora seja direcionada a educação básica e ensino médio, também reflete no ensino superior, quanto aos cursos de licenciatura e formação de professores, ao incentivar a inclusão desses conteúdos. Nos cursos das ciências da saúde, embora não esteja incluso nesta lei, compreende-se a necessidade de se promover a educação contracolonial, visto que abrange uma população que hoje é a maior usuária do Sistema Único de Saúde (SUS) (PALMEIRA et.al., 2022). Ademais, a Lei nº 8.080/90, que descreve os princípios e diretrizes do SUS em seu Art.7., aqui destaco o parágrafo IV— menciona a igualdade da assistência à saúde, para que esta seja sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie (BRASIL, 2024). Ouso problematizar que não vejo como este princípio ser efetivamente respeitado em um país com uma formação tradicional, eurocêntrica.

Neste sentido Duarte; Oliveira; Medeiros, 2024 destacam os coletivos de estudantes negros/as como importantes dispositivos para minimização da escassez epistemológica negra dentro das universidades, e aqui fomento também a promoção da educação contracolonial.

4. CONCLUSÕES

Evidencia-se que é recomendável a inclusão do ensino contracolonial na formação dos estudantes em TO, promovendo a formação de um profissional crítico e atento à produção de conhecimento abrangendo pessoas negras.

Ainda o Carolina, além da potência de ser fundado e mantido por estudantes e apoiado por professores, estuda, promove e divulga bibliografias negras que

contemplam tanto a formação profissional do TO, quanto o cuidado em saúde da população negra.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES MACHADO, L.; GROSSI, P. K.. O projeto ético-político de Bell Hooks para a educação: contribuições para o campo da Educação em Direitos Humanos. **Educação. Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, 2023 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-25822023000100116&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 set. 2024.

BRASIL. L8080. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm>. Acesso em: 20 set. 2024.

CARDOZO, N.; SOARES, L. G.; ALVES, T. C.; DIAS, P. C. M.; SANTOS, É. A. Escrivências do carolina maria de jesus: sobrevivência e atravessamentos de um coletivo negro. Congresso de Extensão e Cultura da UFPel (9. : 2022 : Pelotas) Anais do... [recurso eletrônico] / Pelotas : Ed. da UFPel, 2022. – 1449 p. : il. p.342-345

CAVALIERI, L.; MELLO, T. de F. O. de; TIRIBA, L. V.. Notas de uma metodologia contracolonial teórico-brincante: encontros de educadoras e educadores a 'qual' distância?. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador , v. 31, n. 66, p. 173-190, abr. 2022 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432022000200173&lng=pt&nrm=iso>.

COSTA, L.K.F.; REIS, M.C.G. A emergência dos coletivos de estudantes negros/as e o combate à escassez epistemológica. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v.21, n.1, p.111-129, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/vWCWgfkQDBqTLWVVJLgzjCN/?lang=pt&format=pdf> .

DUARTE, P. C. M.; OLIVEIRA, M. M. de ; MEDEIROS, M. B.. Produção de subjetividades a partir das "escre"vivências de pessoas negras no ensino superior: uma revisão integrativa. **Revista Saúde em Redes** v. 10, Supl. 2 (2024)

GALHEIGO, S. M.. Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 1, p. 5–25, 2020.

PALMEIRA, N. C. et al.. Análise do acesso a serviços de saúde no Brasil segundo perfil sociodemográfico: Pesquisa Nacional de Saúde, 2019. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 31, n. 3, p. e2022966, 2022.

SANTOS, A. B.. **Colonização, Quilombos: Modos e Significações**. 2ª ed.. Associação de Ciências e Saberes para o Etnodesenvolvimento AYÓ. Brasília, 2019.

Agradecimentos: À CAPES e ao PPGEnf.